

Aperfeiçoando a proteção social para migrantes internacionais no Egito: uma perspectiva de práticas internacionais

Marina Andrade, Lucas Sato e Maya Hammad, Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento Inclusivo (IPC-IG)

O Egito é o principal país de origem dos trabalhadores migrantes no Oriente Médio e Norte da África (*Middle East and North Africa* — MENA), e as dinâmicas migratórias têm desempenhado um papel central ao longo da história do país. Além de ser um tradicional país de origem e trânsito, a importância do Egito como país de destino vem crescendo nas últimas duas décadas, quando o número de deslocados forçados que vivem no país aumentou em mais de 18 vezes e já somava um total de 324,712 indivíduos no fim de 2019. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (*United Nations High Commissioner for Refugees* — UNHCR, 2020) mostram que essas pessoas enfrentam diversos riscos e vulnerabilidades, como altas taxas de pobreza, desemprego, informalidade laboral e insegurança alimentar. Mulheres e refugiados não árabes são especialmente vulneráveis, e crianças (de 0 a 17 anos) representam mais de 40 por cento da população total da maioria dos principais grupos de migrantes que vivem no Egito.

A provisão de proteção social (PS) a esses indivíduos é um direito humano. Além de proteger aos migrantes, o acesso à PS pode aumentar suas contribuições para a economia e a sociedade do país de acolhida. No entanto, a PS nem sempre é assegurada aos migrantes internacionais. O UNICEF Egito e o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (*International Policy Centre for Inclusive Growth* — IPC-IG) se uniram para coletar evidências de experiências que podem fornecer percepções úteis para a formação de uma nova estrutura de governança da migração internacional, um sistema de PS mais inclusivo e promover desenvolvimento socioeconômico sustentável no Egito. O estudo (ANDRADE; SATO; HAMMAD, 2021) é guiado por três questões principais:

Em que medida os sistemas nacionais de PS têm capacidade para integrar os migrantes? O estudo adota uma abordagem fundamentada em direitos humanos para debater o direito à PS para não nacionais e destaca a importância de sistemas capazes de responder a choques para combater riscos covariáveis enfrentados por famílias e indivíduos ao longo do ciclo de vida. As evidências revelam que os programas de PS podem desempenhar função importante em todos os estágios do processo de migração. Por exemplo, no país de destino, é essencial assegurar o acesso não discriminatório à PS para garantir que os migrantes tenham direito a padrões de vida dignos e ao trabalho, além de aumentar o acesso à documentação e aos serviços públicos. Neste contexto, a assistência social desempenha papel crucial na proteção dos migrantes mais pobres e vulneráveis e suas famílias, enquanto para os trabalhadores migrantes, a previdência social e as políticas ativas do mercado de trabalho são centrais para a materialização dos direitos sociais e trabalhistas. Quando os migrantes são integrados com êxito às comunidades locais e ao mercado de trabalho, eles podem contribuir para o desenvolvimento nacional do país de destino, visto que tendem a pagar mais aos sistemas contributivos de seguridade social e sistemas de proteção social em geral na forma de impostos do que recebem em termos de benefícios.

Como outros países estão garantindo o direito à PS para os migrantes internacionais, especialmente os mais vulneráveis? Estudos de caso de países de diferentes regiões do mundo, especialmente países de renda média, foram selecionados para ilustrar como a assistência social (nos casos da Turquia, Marrocos e Brasil), previdência social (Filipinas e no caso de acordos de previdência social), as políticas do mercado de trabalho (Dinamarca e Colômbia), serviços básicos de saúde (Irã e Turquia) e educação (Líbano) podem ser mais inclusivos para os estrangeiros, especialmente para os refugiados.

Alguns dos principais fatores que favoreceram a expansão da cobertura de PS para não nacionais, nos casos estudados, incluem: estabelecimento de uma estrutura legislativa abrangente que garante os direitos



fundamentais e o acesso à PS para todos os indivíduos; colaboração com parceiros de cooperação internacional para aumentar as capacidades dos sistemas nacionais; reforma das políticas de migração, adotando uma abordagem com base em direitos; capacitação de assistentes sociais para lidar com vulnerabilidades específicas enfrentadas por migrantes; garantia do *status* legal para indivíduos indocumentados; e investimento em infraestrutura nos locais com alta demanda por parte de populações migrantes.

Quais são as oportunidades para estender o acesso à PS aos migrantes no Egito? No nível estatutário, o Egito tem leis nacionais e obrigações internacionais que protegeriam os migrantes. Considerando a região do Oriente Médio e Norte da África, o Egito é um dos países que mais ratificou as convenções de direitos humanos que garantem a provisão de PS para estrangeiros. Além disso, a Constituição do Egito (2019) afirma que todos os cidadãos têm direito à seguridade social e ao seguro saúde. Outras leis nacionais sobre acesso ao mercado de trabalho, previdência social e assistência social estabelecem direitos para os estrangeiros. Ao mesmo tempo, essas leis têm limitações, como restrições para não nacionais em certos setores de trabalho; cobertura limitada de seguro saúde para migrantes que trabalham no setor informal ou que estejam indocumentados; e a exigência de possuir/apresentar um documento de identidade nacional para receber benefícios de programas de assistência social, como *Takaful* (programa de transferência condicionada de renda) e *Karama* (programa de transferência incondicional de renda).

Com base nas conclusões sobre a situação do acesso à PS para migrantes internacionais no Egito e nos fatores facilitadores da inclusão de não nacionais que foram observados em outros países, o estudo conclui trazendo recomendações de políticas que visam avançar a agenda de PS para migrantes internacionais no Egito, além de contribuir para o debate político em curso e promover um modelo mais inclusivo para o desenvolvimento.

Referências:

ANDRADE, M.; SATO, L.; HAMMAD, M. Improving social protection for migrants, refugees and asylum seekers in Egypt: An overview of international practices. Research Report n. 57. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento Inclusivo e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).
UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). *Vulnerability Assessment for Refugees in Egypt*. Cairo: UNHCR, 2020.
Disponível em: <<https://bit.ly/3qXwyuS>>. Acesso em: 16 fev. 2021.